

# A MULHER NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO: LEVANTAMENTO HISTÓRICO DO REINO DE CUXE

Sousa, Cleber Santos<sup>1</sup>  
Sousa, Kelli Cristina Alves<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo, discutir o Livro Didático de História e suas abordagens sobre dois temas muito importantes para uma sociedade que tenta caminhar rumo ao respeito e valorização da diversidade. Falar de questões étnico-raciais e de gênero em sala de aula, não é algo simples, é preciso que haja no mínimo, consonância entre o material didático e as práticas do professor na sala de aula. Para tanto é preciso analisar o ensino de história e suas abordagens a cerca da história da cultura afro-brasileira, a legislação vigente e o papel da mulher, em especial a mulher negra. O contexto histórico trata do processo de escolha das lideranças e o governo das mulheres no Reino Cuxita na antiguidade. Foi escolhido um Livro Didático da coleção Araribá Mais – História, utilizado em turmas do 6º ano do ensino fundamental, e nele foi analisado o Reino de Cuxe e o poder da mulher negra na história. Utilizou-se autores como Munanga (2012), Nascimento (2008), Oyěwùmí (2021), Bittencourt (2011), Rusen (2010) dentre outros. Foi possível perceber aspectos de avanço nas discussões, mas também de manutenção de certos preconceitos, cabendo assim ao professor lidar atentamente com tais questões.

**Palavras-chave:** Educação, História, Livro didático, Cultura afro-brasileira, Mulher.

A educação escolar de qualidade para todos é caminho para uma sociedade mais justa, que busque a diminuição das desigualdades, o respeito pela vida, a valorização da diversidade e a compreensão de que o exercício da cidadania é o que nos levará a mudanças efetivas na construção da sociedade que se almeja, como bem nos direciona o educador Paulo Freire.

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe delas nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. [...] Não têm nada que ver com o bom senso que regula

---

<sup>1</sup> Mestrando do Mestrado Profissional Em Educação para a Ciência e Matemática pelo Instituto Federal de Goiás – (IFG). Pós-Graduado em Lato-Sensu em História da África e Cultura Afro-brasileira pela Universidade Federal de Goiás – (UFG); Pós-Graduado em Lato-Sensu em Educação Inclusiva pela Faculdade Lyons; Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Polo de Iporá - Goiás, Graduado em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú – (UVA) – FAESPE. [cleberprofessor1976@gmail.com](mailto:cleberprofessor1976@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Sede Morrinhos; Especialista em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Graduada em Pedagogia pela Faculdade DELTA, Goiânia-GO. [kellialvessousa@gmail.com](mailto:kellialvessousa@gmail.com).

nossos exageros e evita as nossas caminhadas até o ridículo e a insensatez. (FREIRE, 1996, p.17)

Não é de hoje que discussões sobre raça e gênero permeiam as sociedades, e aqui vamos lançar nossos olhares sobre a sociedade brasileira, tomando como recorte a educação e em específico o livro didático de história utilizado nos anos finais do Ensino Fundamental da educação básica no Brasil.

Historicamente vivenciamos a acentuação da desigualdade entre alguns grupos dominantes e uma grande maioria da população submetida a interesses que em quase nada contemplam as necessidades reais da sociedade. Se trata de questões bastante sensíveis, mas, é importante que haja uma constante reflexão sobre tudo que está acontecendo a nossa volta, fazer questionamentos sobre a educação, sobre nossas ações e resultados observados e mais ainda no nosso caso em específico que trabalhamos com o Ensino de História, pois como afirma Silva e Fonseca (2010, p. 61), “Ao ensino de história cabe o papel educativo, formativo, cultural e político, e sua relação com a construção da cidadania perpassa os diferentes períodos políticos da história da sociedade brasileira”.

O livro didático tem sido um importante instrumento de trabalho para os docentes, contestado por alguns ou aclamados por outros, é tido como um dos principais recursos didáticos das escolas no Brasil como nos apresenta Matos (2012) que analisa a História nos livros didáticos e o papel das políticas governamentais, principalmente através do Programa Nacional do Livro Didático e afirma que:

Apesar de uma política que visa a assegurar a qualidade do ensino nas escolas públicas, o PNLD acabou por contribuir para um processo de acomodação, no qual o livro deixou de ser apenas um recurso didático, para se tornar “O Recurso Didático” [...] em praticamente todos os níveis de ensino não se cogita mais a menor possibilidade da exclusão do livro didático das salas de aula. Não estamos aqui dizendo que isso é ruim ou bom, mas que é uma realidade que deve ser analisada, pois os docentes precisam ter consciência dos processos de produção dos manuais que utilizam como suportes didáticos em suas aulas. Pensar o livro didático e sua produção é ampliar as margens de reflexão sobre métodos e formas nas quais o ensino – em nosso caso, de história – vem sendo efetivado no Brasil, e assim, construir espaço para um ensino independente, consciente e crítico. (2012, p.72-73) grifo do autor.

Pensando no livro didático como instrumento presente nas salas de aula, procura-se compreender como o mesmo aborda dois aspectos diretamente ligados à diversidade, que são, as relações étnico raciais e aqui vamos nos ater a história e cultura afro-brasileira e as questões relativas à gênero em especial a mulher negra, na sociedade.

O intuito deste estudo é analisar um livro didático específico e compreender como o mesmo aborda as temáticas aqui já levantadas, verificando a presença de tais conteúdos, as possibilidades do trabalho do professor ao utilizar tal recurso. Para tanto, é necessário primeiramente compreendermos um pouco da história do reino cuxita, suas características e a atuação da mulher frente a esse povo, e analisar como sua história pode ser importante e relacionada a história do povo brasileiro. Tais reflexões permitirão o entendimento de que tão importante quanto o conteúdo também é a forma com que ele é trabalhado e como livro didático pode influenciar na construção do trabalho do professor em sala de aula na disciplina de história.

## **1- REINO DE CUXE – o poder da mulher negra na história**

A diversidade e pluralidade cultural na África são encontradas em elementos que evocam e colocam a mulher em destaque. Isso é algo que evidencia a importância de identificar o empoderamento feminino, no prisma da perspectiva histórico social, com o escopo de transformar a cosmovisão estereotipada da África de povo oriundo da sobrevivência de uma sociedade, que é reduzida apenas aos paradigmas da seca, da fome e da miséria.

Quando a mulher consegue se sobressair no primeiro escalão de alguma esfera do poder da sociedade, ela não recebe a mesma visibilidade que o homem. Essa característica é perceptível pela marginalização e o preconceito, visto através do Império cuxita, que por muito tempo não recebeu a devida atenção, mediante as virtudes do seu tempo, pois se destaca como um reino comandado pelas mulheres.

### **1.1- O processo de escolha das lideranças e o governo das mulheres**

Os elementos da história Cuxita desperta curiosidade e o interesse porque apresenta uma sociedade ímpar: era governada pelas mulheres e tinha uma forma de escolher o rei que misturava democracia com religiosidade, que define a peculiaridade deste Reino importante para a história dos povos da antiguidade africana.

Para muitos historiadores africanos a prosperidade do Reino de Cuxe se deve também a ação governamental da mulher no período do reinado, que é comumente conhecido na história como governo matriarcado. Isso sucedeu durante o período do efêmero Império Cuxita.

Segundo Munanga (2012, p. 51)

O império de Kush caracteriza-se, entre outros pela afirmação do poder de um matriarcado tipicamente local. Além do reinado da rainha Shanakdakhete (cerca de 170 a 160 a.C.), duas outras rainhas, Amanirenas e Amanishakehto, tiveram na época um destaque especial. Ambas tinham o título de Candace, transcrição do título Kdke na tradição dos autores clássicos, e governaram o império com o afastamento total de seus maridos do poder.

O empoderamento feminino destaca essa especialidade existente nos reinos africanos da antiguidade, onde Cuxe não foge a essa realidade histórica, quanto ao papel da mulher no exercício político em todos os aspectos inerentes as responsabilidades administrativas.

De acordo com Nascimento (2008, p.78)

A tradição das rainhas mães-africanas estabeleceu-se em Núbia, no atual Sudão com a linhagem dos Kentakes ou Candaces que reinou de 300 a. C. a 300 d. C. isto é durante 600 anos. Conforme observa o historiador Jhon henrik Clarke (1985, p. 128), essas rainhas exerciam o poder por direito próprio, não qualidade de esposas, ou sejam, assumiam todas as responsabilidades de administração civil e militar.

A dinastia do regime de forma matriarcal no Reino de Cuxe começou por volta do ano 107 a.C. com ascensão da rainha Shanakdakhete. Os estudos históricos apontam que, ela parece ser o marco que define o início da era do poder matriarcal como modelo de gestão governamental desse reino da antiguidade africana.

Das diversas rainhas que fizeram parte desse período áureo do governo cuxita, essa obra mencionará apenas duas, por ser uma obra curta em seu propósito e extensão acadêmica. Além da rainha Shanakdakhete (citada acima), a soberana Amanishakehto, que governou entre 41 e 12 a.C. De posse de um aparato bélico superior aos romanos ela conseguiu destruir várias cidades e chegar à capital, Napata. Sua estratégia de luta e guerra não pressupunha a capitulação dos inimigos, mas o ataque, e foi com essa estratégia que partiu contra as legiões de Roma, quando as tropas romanas já estavam cansadas, ela obteve uma negociação direta com César Augusto. (NASCIMENTO, 2008, p. 78)

Os romanos acabaram desistindo do tributo que pretendiam cobrar do Sudão, e que foi o principal motivo da guerra entre os dois reinos. Aliás esse é o único momento em que um soberano (a) desse local se destaca no cenário da história universal para relacionar-se com os romanos. (GIORDANI, 2007, p. 91)

Nessa esfera de mulheres no governo acredita-se necessário a menção da rainha Makeda, que governou de 1005 a 950 a.C. na região de Sabá. O seu exemplo através de

diversas decisões administrativas e políticas ganhou notoriedade pela relação mantida com o rei Salomão, (Bíblia NVI, 2 Co. 9). A sua ação expandia a sua relação comercial os seguintes países: Israel, Síria, Etiópia, Sudão, Índia e outros. (NASCIMENTO, 2008, p. 77)

Além da ação governamental de um comando exercido pelas mulheres, a escolha do rei era algo bem peculiar e que desperta curiosidade, que acontecia da seguinte forma: os líderes das comunidades escolhiam os representantes que entendiam ser mais preparados para ocupar o cargo de rei. Isso possui uma aparência democrática de escolha.

Porém, o processo seguia adiante com o lançamento de sementes ao chão para perguntar aos deuses da cidade quem seria o rei. Após a confirmação pelos deuses da cidade como uma escolha certa, era feita uma festa e o novo rei era coroado. A proteção ao rei era feita por uma guarda permanente. Ele recebia o auxílio de um grupo de altos funcionários, a saber: escriba-mor, chefe do tesouro e o comandante militar. Diferente do Egito onde era uma monarquia hereditária de pai pra filho, em Cuxe era a mistura de democracia com religiosidade mitológica, com a definição da segunda em fato irrevogável. Em suma, no Reino de Cuxe a religiosidade era que definia o processo de sucesso no reino. (BOULOS JR., 2015, p. 144)

## **2- O ENSINO DA HISTÓRIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E A LEGISLAÇÃO VIGENTE**

Questões raciais no Brasil, sempre foram assuntos traumáticos para boa parcela da população, aspecto que por muito tempo foi ignorado principalmente por grupos políticos dominantes que acreditavam que não deveriam ao menos serem mencionados pelo fato de simplesmente não existirem, em suas concepções. Com a Constituição de 1988, dá-se início a uma longa jornada afim de romper com essa mentalidade seletista e excludente. O Artigo 215 afirma que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”

A Lei de Diretrizes e Bases para Educação (LDB) nº 9394 aprovada em 1996, aponta questões importantes rumo a diversidade cultural no Brasil, porém o faz de maneira ampla, sendo necessário legislação específica que ocupasse as lacunas em relação às questões étnico-raciais e a diversidade cultural no ensino brasileiro. A Lei nº 10.639/2003 acrescentou à LDB dois artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

As abordagens da docência antes da Lei 10.639/03 era de cunho eurocêntrica, visava sobrepor sempre a capacidade dos europeus, quando mencionavam algo relacionado ao povo negro, era mostrar as condições de escravos. Em outros momentos eram relacionados apenas as paisagens e os safaris como algo único a ser visto no continente africano. Ainda em relação a condição de escravidão dos povos africanos, a mensagem que era transmitida assimilava a ideia de que era algo condicionado a essa raça e inerente a eles.

O estudo de História dos povos africanos e a abrangência da riqueza desse continente leva a um resgate de uma dívida histórica em relação a um povo que foi fundamental na construção dessa nação, colaborando com cultura material e cultural e auxilia também na remontagem da construção da verdadeira identidade do povo brasileiro.

Este foi um importante avanço na luta dos negros no Brasil pela valorização não somente da cultura negra, mas também do negro na formação da sociedade brasileira pois estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e a inclusão de tais conteúdos no currículo escolar. Ao incluir no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, foi atendido uma demanda pela valorização de lideranças que lutaram pela por liberdade e resistência do povo negro, como é o caso de Zumbi dos Palmares que morreu na mesma data do ano de 1695.

Diante disso o ensino do conteúdo de História da África e dos africanos tornou-se obrigatório na educação escolar brasileira. É sabido que no ambiente escolar, em diversas regiões do Brasil, o livro didático constitui como a única ferramenta didática a ser trabalhada com o aluno. Por isso é fundamental que ele seja contemplado com um conteúdo que vislumbre a igualdade de direitos, com o rechaço à discriminação e o

preconceito racial, para fornecer subsídios informativos ao educando no afã de potencializá-lo em direção a uma mentalidade capaz de enxergar a capacidade humana, além da cor do pigmento da pele ou gênero.

### **3- O ENSINO DE HISTÓRIA E A MULHER NO CONTEXTO HISTÓRICO**

Quando pensamos na História e no Ensino de História, temos como centro das observações, a humanidade. Mas, seria ingenuidade pensar a humanidade como algo homogêneo, muito pelo contrário, as diferenças são acentuadas por diversos fatores que levam ao que possuímos de mais rico na existência do ser, que é a diversidade. A diferença entre homens e mulheres, para nós contemporâneos, nos parece algo tão óbvio, mas, será que sempre foi assim em todos os lugares e em todos os períodos?

Oyèrónké Oyěwùmí é uma professora pesquisadora nigeriana, de origem iorubá, um dos maiores grupos étnicos da África ocidental, que se dedica a pesquisas que associam estudos de gênero, sociologia do conhecimento e perspectivas africanas. Em sua obra, “A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”, ela problematiza justamente essas relações homem-mulher:

Na medida em que meu trabalho e meu pensamento progrediam, percebi que a categoria “mulher” – que é fundacional nos discursos de gênero ocidentais – simplesmente não existia na Iorubalândia antes do contato mantido com o Ocidente. Não havia um tal grupo caracterizado por interesses partilhados, desejos ou posição social. A lógica cultural das categorias sociais ocidentais é baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social. Assim, essa lógica cultural é, na realidade, uma “bio-lógica”. Categorias sociais como “mulher” são baseadas em um tipo de corpo e são elaboradas em relação, e em oposição, a outra categoria: homem. (2021, p.15-16)

O trabalho da pesquisadora constitui um oceano de possibilidades, mas por questões práticas, não é objetivo deste estudo tamanho aprofundamento, mas, apenas indicar a existência de diferentes perspectivas a cerca das relações de gênero e que o “determinismo biológico” é algo que deve, no mínimo, ser discutido.

Por muito tempo a historiografia tratou a história como sendo feita apenas por homens e às mulheres, cabiam o papel de coadjuvante. Entretanto, felizmente, este é um quadro que está em reconstrução e personagens que antes eram ofuscadas, vem sendo objeto de pesquisa e análises que colocam a mulher no cerne dos acontecimentos históricos.

Sousa, faz uma análise da história das mulheres no ensino de história, após ser provocada em sala de aula, da educação básica, por uma aluna, com o seguinte comentário: “Parece que no mundo só existem homens, já que a história só fala deles” (p. 01).

A autora afirma:

Ao longo da história, a representação da imagem feminina sofreu transformações. Os papéis da “mulher” foram consolidados e seu lugar social definido, por vezes em patamar inferior ao do homem. E embora tenham ocorridos inúmeras mudanças é necessário pensar acerca das permanências concernentes a posição secundária e inferior conferida às mulheres. (SOUSA, 2019, p. 5)

Diante dessas duas questões imperativas, procurou-se analisar como as questões de raça e gênero estão sendo trabalhadas, discutidas e analisadas pelos professores em sala de aula e como o livro didático tem contribuído ou não neste sentido.

#### **4- O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E AS ABORDAGENS SOBRE RAÇA E GÊNERO**

É digno de nota a observação de que existe uma luta incessante para reverter os prejuízos causados pela falta de respeito e dignidade ao ser humano, no menosprezo pela sua origem relacionada a cor, raça, sexo, etnia, religião e outras diferenças que ligam as escolhas pessoais. Para tanto, era necessário que questões práticas fossem desenvolvidas, que atitudes deveriam ser tomadas em várias vertentes dentre elas, o livro didático.

A importância do livro didático no ensino, seja em qualquer componente curricular, pode ser ou não relevante no processo de aprendizagem, depende de diversos fatores, desde aqueles relativos aos conteúdos propriamente ditos, à prática pedagógica desenvolvida pelo professor, até a disponibilidade de livros para os alunos. Será desconsiderado neste estudo, problemas de ordem logística e de oferta do material aos alunos, o estudo pressupõe que o material esteja acessível a todos e com o uso irrestrito.

Silva aponta aspectos favoráveis e desfavoráveis do livro didático e aponta a necessidade de o professor ir além do que o livro oferece, segundo a autora:

O livro é um suporte de conhecimento e também é uma mercadoria onde os conteúdos são compactuados por editoras e autores, que acabam resumindo conteúdos que serão expostos nas aulas, já que os assuntos são conforme a leitura do autor, e isto, acaba interferindo na qualidade das aulas que são desenvolvidas por esse documento didático, ou seja, o aluno é privado de conhecer outras vertentes sobre o assunto

tratado em sala e caso o professor, se acomode apenas com esse tipo de material, por estar pronto e acessível, possivelmente terá poucos avanços em termos qualitativos de suas aulas. (SILVA, 2014, p.02).

O livro escolhido é da Coleção Araribá Mais – História, do ano de 2018, obra coletiva organizada e produzido pela Editora Moderna, tendo Ana Claudia Fernandes como editora responsável. O livro é utilizado no sexto ano do Ensino Fundamental Anos Finais e traz como proposta pedagógica a formação cidadã, a compreensão do outro e o respeito à diversidade, através do trabalho com temáticas indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais, aspecto esse que em muito chamou nossa atenção. Também se propõe a utilização de textos e imagens para discussão e reflexão sobre questões que demandam um posicionamento crítico e exposição de temas que trabalhem de forma interdisciplinar os conhecimentos de história e a utilização de fontes historiográficas e documentos históricos. O livro propõe trabalhar a construção identitária e a compreensão dos processos históricos em consonância com a BNCC, destacando história e meio ambiente. Outro aspecto que nos chamou atenção, é que o livro se propõe a trabalhar diretrizes para a valorização do papel e do protagonismo da mulher em diferentes contextos históricos. Nos aventuramos aqui a analisar se tais questões, aqui já mencionadas, como o papel da mulher e questões raciais realmente são atendidas no livro didático permitindo que o professor consiga desenvolver da melhor forma possível temáticas tão importantes na sala de aula.

O livro possui 240 páginas, com o conteúdo dividido em 8 unidades subdivididos em 19 capítulos. Por questões metodológicas será analisado apenas o capítulo 10 – “A Núbia e o Reino de Cuxe”, páginas 115-123, da unidade IV que trata dos “Povos da Antiguidade na África”.

A primeira informação abordada já aponta para as mudanças em relação ao trabalho de pesquisadores que, a princípio, tinham uma visão preconceituosa e crenças racistas sobre os povos da “chamada África subsaariana”. Isso é interessante pois demonstra o reconhecimento dos erros e a busca pela reparação histórica.

O texto destaca duas importantes cidades cuxitas, Kerma e Napata, suas riquezas, avanços no campo da escrita, conflitos e invasões egípcias. Estabelece uma organização cronológica de alguns acontecimentos históricos, a construção de templos e estátuas e também aspectos religiosos.

A civilização de Méroe, recebe destaque em diferentes aspectos, dentre eles o político, o econômico, a produção agrícola e em especial “O poder das mulheres em

Méroe”. Trata-se de um trecho de meia página com uma figura ao lado com a imagem de um pedestal representando a candace (rainha mãe) Amanitore. No primeiro parágrafo é apontado o poder crescente da mulher, como regente de filhos menores ou como rainhas-mães, entretanto, em seguida faz a descrição das representações do corpo da mulher: “Várias mulheres que ascenderam ao poder foram representadas com corpos robustos, vestindo túnicas franjadas, cheias de colares e enfeites, à frente dos exércitos ou presidindo cultos” (p. 119). Acredita-se que seja desnecessária essa descrição de seus corpos e vestimentas, aspecto esse pouco observado quando se trata de lideranças do sexo masculino. No último parágrafo o texto fala do historiador e geógrafo grego Estrabão, no século I a. C., que descreve uma dessas rainhas como uma mulher “viril”. A impressão deixada, é que ao se falar de uma mulher que atuou e foi importante em uma expedição militar contra os romanos, que foi ferida em combate e perdeu um olho, é necessário que se utilize o termo “viril”, algo próprio do homem, másculo, varonil e herói, como se a mulher precisasse se assemelhar ao homem para justificar sua força e importância. Assim o professor precisa estar atento a essas nuances que podem passar despercebidas e deixar de serem observadas e refletidas.

O texto finaliza falando da escrita meroíta e da importância dos registros encontrados para aprofundar os conhecimentos sobre a história e o modo de vida da sociedade.

Em seguida é apresentado um texto sobre documentos arqueológicos submersos encontrados na década de 1950 durante a construção de uma barragem e destaca o impacto ambiental e cultural que a obra provocou para a população local. São propostas atividades de perguntas e respostas sobre o texto. Prosseguindo, encontra-se atividades objetivas, de múltipla escolha, dissertativa e por fim uma proposta de trabalho em grupo.

E por fim, na sessão “para refletir” encontramos dois textos, uma citação da obra de Steven Fischer, História da leitura e uma reportagem da Revista Galileu que fala da escrita nos dias atuais. Percebe-se aí, possibilidades de interdisciplinaridade.

É sabido das limitações do livro didático, principalmente aqueles voltados para a escola pública que nem sempre atendem os anseios de professores e alunos. Ciente de tais questões cabe aqui apontar a importância da menção às civilizações africanas que há pouco tempo, sequer eram citadas nos livros didáticos de história e que agora recebem o mesmo destaque que civilizações como os hebreus, persas, egípcios, etc.

O texto é bem didático e resumido, trazendo os aspectos mais importantes da história do Reino de Cuxe, entretanto não cita discussões sobre a cor da pele de lideranças

dessa região, incluindo o Egito. Historiadores afirmam que houveram governantes negros chamados faraós negros, questão importante para ser aventada pois possibilita discussões sobre racismo e preconceito. Mesmo não estando presente na obra é possível que o professor apresente informações complementares e faça essa abordagem.

Neste aspecto, a prática pedagógica do professor precisa estar aliada a diferentes mecanismos, não somente ao livro didático que segundo Bittencourt (2011, p.302), pode ser um condutor de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura, é indispensável que seja revisto se este está de acordo com as condições de aprendizagem dos alunos.

Jorn Rüsen é um importante teórico da história e o ensino de história, ele destaca a necessidade da adequação dos recursos por parte do professor, de maneira que se torne compreensível e acima de tudo acessível ao aluno afirma que o livro didático: “[...] Tem que estar de acordo com sua capacidade de compreensão, e isto vale, acima de tudo, no que se refere ao nível de linguagem utilizada”. (2010, p.116). Ele destaca questões relativa à comunicação e que se o nível de linguagem estiver elevado pode-se transformar em problemas, que estarão atrelados não somente as probabilidades de compreensão pelos alunos, mas também a acessibilidade e comunicação ligadas às experiências e expectativas que os alunos vivenciam em seu dia-a-dia. Neste aspecto o texto do livro didático analisado se mostrou pragmático e acessível.

Partindo dessas discussões entendemos que os livros didáticos trabalham também como instrumento de representação ideológica como os temas destacados, podendo estar integrados à religião, à família, à política, à cultura, entre outros. Assim pode-se afirmar que o livro didático é uma ferramenta de trabalho que deve ser benéfico para o aprendizado do aluno e no desenvolvimento do trabalho do professor na sua prática em sala de aula.

O professor é o sujeito que fará o procedimento de intervenção nesta linha de questionamentos e reflexões que devem ser proporcionadas com ou sem o livro, atuando como intermediário, ele pode utilizar-se de outras fontes de pesquisa e aprendizagem que cheguem a proporcionar um conhecimento mais vasto de maneira que o aluno possa usufruir ativamente não somente nas aulas, mas na vivência do dia a dia. Assim, o professor poderá auxiliar nas discussões que retrate acontecimentos passados e os da atualidade, pois compreendemos que quando se diz “vamos estudar história”, este estudo não pode estar vinculado, apenas, a análise de fatos passados, mas também à tentativa de esclarecer ou entender a definição que o passado nos traz para a contemporaneidade.

## Referência

- ARARIBA MAIS - **História**. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna: Ana Claudia Fernandes (org). - 1 ed - São Paulo: Moderna, 2018.
- BITTENCOURT, Circe Maria Auxiliadora. **Ensino de história: fundamentos métodos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BUENO, João Batista Gonçalves. **Representações iconográficas em livros didáticos de história**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2003
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História – Sociedade & Cidadania**. São Paulo: FTD, 2015.
- BRASIL. **Lei 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.
- \_\_\_\_\_. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF,1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 17.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História da África: anterior aos descobrimentos**. Volume 1 Idade Moderna. São Paulo: Editora Vozes, 2009.
- KI-ZERBO. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph**. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.
- MATOS, J. S. A História nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico. **Historiæ**, Rio Grande, 3 (1): 51-74, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. 3 ed. São Paulo: Gaudi Editorial, 2012.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.) **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- OYÈWUMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- RÜSEN, Jörn. **E o ensino de história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010. (Organização de Maria Auxiliadora Smith, Isabel Barca e Estevão de Rezende Martins).
- SILVA, Déssica Rocha da Silva (et al). **O Livro didático de história no ensino fundamental**. Ed. Realize Eventos, on-line, Paraíba,V.1,2014.Disponível: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/resumo.php?idtrabalho=412>. Acesso em 13 jun.2022. ISSN 2359-2044
- SOUZA, Marina de Melo e. **África e Brasil africano**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2014.
- SOUSA, Priscila Cabral de. A História das mulheres no ensino de história: reflexões acerca de uma educação para a igualdade de gênero - **ANPUH – Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife 2019**.